

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

InformANDES

Informativo

Brasília (DF)

Mai de 2020

SEMANA DE LUTAS DAS IEES-IMES 2020



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

Lute pelo financiamento das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino



Financiamento das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino

O Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (IEES-IMES) do ANDES-SN tem sofrido profundos ataques em sua política de financiamento, o que compromete a autonomia universitária em relação à gestão financeira garantida pela Constituição Federal de 1988.

Os princípios delimitados no Art. 206 da CF-88 são os que mantêm as condições básicas para o funcionamento de uma concepção de educação que se configure como livre para ensinar, aprender e pesquisar, divulgando o conhecimento científico com pluralismo de ideias. Essa educação deve ser gratuita, fundamentada na gestão democrática e com determinado padrão de qualidade em todos os estabelecimentos oficiais de ensino público.

Para isso, é fundamental a realização do financiamento público a fim de garantir a gratuidade nas instituições públicas. O Setor das IEES-IMES do ANDES-SN iniciou o debate sobre o financiamento em 1996, defendendo que o financiamento integral seja responsabilidade dos governos, com explícita definição dos aportes de recursos. Contudo, até o momento não existiu nenhuma preocupação com o acesso aos dados relativos ao financiamento.

Em 2005, o 24º Congresso do ANDES-SN determinou, como condição para ampliar o processo de resistência às ações dos governos em direção à redução do financiamento para as IEES-IMES, a busca por conhecimento e análise dos orçamentos públicos no âmbito da educação, de modo genérico.

Pouco se avançou na construção desses materiais até que o 34º Congresso do ANDES-SN decidiu deslocar a tarefa para a diretoria nacional, para que fossem realizados estudos e análises das contas públicas. Por fim, esse movimento foi sintetizado nas deliberações dos congressos de 2015, 2016 e 2017, nos quais foi ratificada a indicação de realização de amplo levantamento do financiamento das IEES-IMES, com o objetivo de publicar um caderno de textos contendo os dados e as devidas análises acerca da matéria.

A partir dessas deliberações, a coordenação do Setor das IEES-IMES da atual diretoria (2018-2020) materializou essas resoluções congressuais por meio do desenvolvimento de uma pesquisa sobre a política de financiamento das IEES-IMES nos últimos dez anos. A pesquisa deverá explorar as informações sobre as despesas totais das IEES-IMES, considerando os grupos por natureza de despesa (pessoal, custeio e capital), além da relação percentual dessas despesas com os recursos destinados à educação em 22 estados, abrangendo 40 instituições estaduais e uma instituição municipal.

A pesquisa pretende, ainda, apresentar a série histórica das despesas com o endividamento público, comparada com as despesas totais dos estados e municípios e das IEES-IMES. Com isso, será possível demonstrar de que modo a política de financiamento dessas instituições tem ocupado as agendas dos governos e o impacto delas para a efetivação da educação pública e gratuita.

Organizada em três etapas, a pesquisa se encontra em sua segunda parte, que corresponde ao processo de sistematização dos dados orçamentários dos estados e municípios que têm IEES-IMES e atuação sindical, tendo em vista que o objetivo central dessa ferramenta é qualificar as direções sindicais nos processos de negociação e luta com os governos estaduais e municipais.

Portanto, as IEES-IMES têm pela frente um conjunto de barreiras para garantir o seu financiamento, tendo em vista o fato de que disputam o fundo público em conjunto com os recursos destinados à manutenção da educação básica. Ou precisam barganhar, junto às Assembleias Legislativas, a destinação específica para as instituições de ensino no momento de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), além de acompanhar, mensalmente, a materialização da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), tendo em vista que a garantia da autonomia universitária, do ponto de vista do financiamento, é relativa, pois várias universidades estaduais não recebem duodécimos, mas sim parcelas aleatórias ao longo do ano.

Fortalecer a intervenção sindical do setor das IEES-IMES do ANDES-SN com a produção de um caderno que possa apresentar a ferramenta que expresse a política de financiamento dessas instituições é a principal tarefa na atual conjuntura de cortes orçamentários para os direitos sociais pelos diversos governos estaduais e municipais.



EXPEDIENTE

O InformANDES ESPECIAL é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Coordenação Editorial - Coordenação do setor das IEES/IMES: Caroline de Araújo Lima (ADUNEB), Célio Ribeiro Coutinho (SINDUECE), Emerson Duarte Monte (SINDUEPA), Luiz Henrique dos Santos Blume (ADUSC), Roseli Rocha (ADUEMS), Raquel Dias Araújo (SINDUECE)

Encarregado de Imprensa: Cláudio Mendonça

Diagramação e arte final: Angel Holanda

Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Mídia Ninja

Governos estaduais tentam impor projeto de precarização e privatização às Iees

Nesse momento em que docentes e comunidade acadêmica dedicam esforços à pesquisa e combate à Covid-19, as Instituições Estaduais de Ensino Superior (Iees) públicas têm sido alvos constantes de ataques de governadores que tentam a todo custo impor um projeto de precarização e privatização à Educação pública

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, com a justificativa de resolver a crise econômica do estado, o governador Wilson Witzel (PSC) apresentou à Assembleia Legislativa do Estado (Alerj), no dia 21 de abril, um projeto de lei que retoma o Programa Estadual de Desestatização de 1995. O PL 2419/20, na prática, pode privatizar as universidades estaduais do Norte Fluminense (Uenf), do Rio de Janeiro (Uerj) e a Fundação Centro Universitário da Zona Oeste (Uezo), além de sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações. O projeto propõe a revogação de artigos da Lei 7.941/18, que proíbe a extinção das universidades, entre outros.

"Embora o governador Witzel tenha enviado o PL em regime de urgência, até o momento ele está parado na Alerj por articulações feitas entre as representações sindicais de servidores do estado, dentre elas as seções sindicais do ANDES-SN, dirigentes de algumas instituições, deputados de oposição e o presidente da Alerj. Ao mesmo tempo, temos feito ações contra a privatização", afirma Cleier Marconsin, presidente da Associação dos Docentes da Uerj (Asduerj Seção Sindical do ANDES-SN).

Nos últimos dias, docentes e técnico-administrativos das universidades estaduais fluminenses foram surpreendidos com cortes nos adicionais de periculosidade e insalubridade. "Entramos com mandado judicial – tanto a nossa seção sindical quanto a reitoria da Uerj. Na segunda-feira, foi aprovado o PL 2554/20, que reverte a situação. Agora é fazer com que haja a sanção do governador", ressaltou Marconsin.

Minas Gerais

Em Minas Gerais, os professores das universidades estaduais, assim como os demais servidores do estado, vêm nos últimos meses recebendo os seus salários com atraso.

Docentes das universidades estaduais mineiras têm se mobilizado nas redes para publicizar o descaso do governador do estado, Romeu Zema (Novo).

Em maio, docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) realizaram uma manifestação silenciosa com faixas, na rua onde mora o governador, para cobrar os salários e o 13º salário de 2019. Em março, cerca de 83% dos servidores receberam o 13º. O restante recebeu, em maio, por causa de uma decisão judicial que colocou nos cofres do estado um depósito da empresa Vale referente a uma indenização da tragédia de Brumadinho.

Na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), em decisão monocrática, a gestão superior da universidade definiu o prosseguimento das atividades acadêmicas a distância, no que vem sendo chamado de ensino on-line, por meio de Regime Domiciliar, em forma de Tratamento Especial, como medida emergencial preventiva à expansão da pandemia. Os docentes estão com salários defasados desde 2011.

Paraná

No Paraná, as universidades estaduais estão sendo pressionadas pelo governo do estado para implantar o ensino a distância e/ou atividades remotas. Unespar, Unicentro e Uepg já estão adotando o EAD.

De acordo com Edmilson da Silva, presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá (Sesduem SSind.), os relatos das que aprovaram o EAD são de grandes problemas. "Na Unespar, por exemplo, os cursos enfrentam grande número de reclamações, baixa adesão e participação dos alunos e, com isso, ameaças de alunos de alguns cursos fazerem greve devido aos problemas enfrentados", contou.

Outras universidades estão avaliando a proposta de implementação de ensino remoto, como é o caso da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cep) aprovou ensino remoto para pós-graduação. Já na Uem foi aprovada a adoção de

atividades remotas somente para atividades de pesquisa e extensão não obrigatórias, proibindo qualquer atividade remota para as atividades obrigatórias dos cursos de graduação presencial.

Para agravar a situação, o governador Ratinho Júnior (PSD) emitiu um decreto 4385/20, no final de março, suspendendo as progressões e promoções, mesmo as já autorizadas e não implementadas. Os servidores públicos do estado já amargam um significativo arrocho salarial, cujas perdas acumuladas nos últimos quatro anos totalizam 20% a menos nos seus salários (IPCA desde 2016).

"O Comando Sindical Docente (constituído pelas seções sindicais Sindiprol/Aduel, Sesduem, Adunioeste, Sinduepg, Adunicentro e Sindunespar) tem denunciado os riscos da adoção do EAD e/ou ensino remoto, que vem sendo apresentado como uma solução para tempos de pandemia e que depois pode se tornar definitivo e destruir as nossas universidades públicas", disse Edmilson da Silva.

Bahia

No dia 12 de maio, foi aprovado o Projeto de Lei (PL) 23.780/20 que congela novas adesões ao abono de permanência do funcionalismo estadual civil e militar dos servidores da Bahia até o final de 2021. O abono permanência é o reembolso da contribuição previdenciária ao servidor público, em regime contratual estatutário, que mesmo em condição de se aposentar opta por continuar em atividade.

Outra modificação é a quantidade de abonos concedidos que terá como teto o limite de 10% em relação ao número de servidores efetivos em atividade. Fica também proibido qualquer pagamento retroativo aos beneficiados.

Segundo Arturo Samana, coordenador do Fórum das ADs, o governo tem se aproveitado

da pandemia para continuar a retirada de direitos dos servidores públicos. "O governo da Bahia, mais uma vez, mostra seu desrespeito e desprezo aos servidores públicos estaduais. A aprovação dessa legislação terá um impacto enorme na vida dos servidores, como todo corte de direito adquirido; os servidores públicos que estão na ativa, e tinham plano de continuar em atividade após completar o período legal de trabalho, se sentem frustrados", explica. O Fórum agrega as seções sindicais do ANDES-SN nas quatro Universidades Estaduais da Bahia (Ueba).

Para Samana, o congelamento do abono permanência irá piorar as condições das universidades estaduais, pois muitos estudantes ficarão sem professores.

MURAL DE AÇÕES

MURAL DE AÇÕES

MURAL DA SEMANA DE LUTAS DAS IEES-IMES 2020



Distribuição de 450 máscaras nos meses de abril e maio, alcançando a comunidade universitária e movimentos sociais



Distribuição de 15 cestas agroecológicas entre trabalhadores terceirizados demitidos no contexto da pandemia do Covid-19

REGISTRO: ADUENF Seção Sindical



MURAL DA SEMANA DE LUTAS DAS IEES-IMES 2020



Professores da ADUNEMAT participam, em Cuiabá - MT, de um dos maiores atos de 2019: a Marcha do Dia Nacional em Defesa da Educação e contra a Reforma da Previdência, realizada em 15 de maio de 2019



Em ato que reuniu mais de 20 mil pessoas em defesa dos servidores públicos de Mato Grosso, em fevereiro de 2019, Sílvia Nunes, presidente da ADUNEMAT, fala sobre resistência e contra os ataques do governador Mauro Mendes.

REGISTRO: ADUSC Seção Sindical



MURAL DA SEMANA DE LUTAS DAS IEES-IMES 2020



Em janeiro, professores e professoras das universidades da Bahia realizaram uma série de atos, em Salvador, contra a Reforma da Previdência estadual.



Junto a outras entidades, a ADUSC vem promovendo a campanha UESC Solidária, que já doou cestas básicas, máscaras e auxílios financeiros aos moradores do entorno da universidade, em Ilhéus-BA.

REGISTRO: ADUSC Seção Sindical



MURAL DA SEMANA DE LUTAS DAS IEES-IMES 2020



São 24h de bate e volta na estrada e a ADUSB lutou contra a reforma da previdência de Rui Costa (PT/BA)



Durante a pandemia, praticamos a solidariedade de classe contribuindo materialmente com os mais afetados. A Solidariedade Resiste!

REGISTRO: ADUSB Seção Sindical



MURAL DE AÇÕES

MURAL DE AÇÕES

MURAL DA SEMANA DE LUTAS DAS IEES-IMES 2020



O maior campus da UECE está localizado na periferia de Fortaleza. Por isso, o SINDUECE realizou a campanha de Solidariedade SINDUECE abraça a Serrinha. Mais de 120 cestas básicas já foram distribuídas!

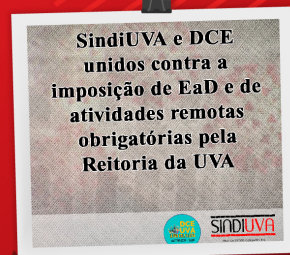


REGISTRO: SINDUECE

O Ato Virtual ocorreu em 19/05, impulsionado pelas discussões sobre o início do semestre 2020.1, no GT Acadêmico da Universidade Estadual do Ceará, que discute o contexto da instituição no período de pandemia.

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

MURAL DA SEMANA DE LUTAS DAS IEES-IMES 2020



SindiUVA e DCE promoveram uma série de ações contra a adoção de atividades em EaD e remotas impostas pela Reitoria. Além de nota conjunta, as entidades mobilizaram professores e estudantes em ações online devido ao isolamento social.

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS



O SindiUVA mobilizou a campanha virtual #AVidaAcimaDosLucros. Durante o mês de abril, a categoria foi estimulada a participar do ato, que teve o objetivo de pressionar o governo cearense a priorizar ações para garantir a vida acima do interesse do empresariado.

REGISTRO: SindiUVA Seção Sindical

MURAL DA SEMANA DE LUTAS DAS IEES-IMES 2020



Em abril, Campanha de Solidariedade entrega mais de 300 máscaras na Casa do Idoso, Casa do Índio e Casa de Passagem de Gurupi/TO e em mais cinco locais de apoio ao cidadão e a cidadã



Marcha contra a Reforma da Previdência em Gurupi/TO, em novembro de 2019

REGISTRO: Apug Seção Sindical

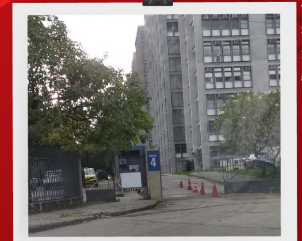
ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

MURAL DA SEMANA DE LUTAS DAS IEES-IMES 2020



A Asduerj recomendou que moradores da Baixada Fluminense, zonas Norte e Oeste do Rio e que precisam pegar trem para trabalhar, exijam equipamentos de segurança de seus patrões

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS



No início de maio, um carro de som circulou na Central do Brasil e em bairros da periferia, transmitindo um recado aos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do chamado Grande Rio

REGISTRO: Asduerj Seção Sindical